



As Ações Afirmativas na UEFS: redefinindo lugares da presença negra em Feira de Santana nos Século XX E XXI

Em suas *Cidades Invisíveis* Ítalo Calvino aponta que há várias formas de se entrar numa cidade e sobre ela várias perguntas podem ser realizadas, havendo a necessidade de se observar para além do discurso que se diz sobre ela, como ela se constrói em suas relações, em seus muros, em suas linhas, em seus prédios e monumentos. (CALVINO, 1999). Os traçados e linhas de Feira de Santana expressos em suas ruas e praças, bem como nos prédios, monumentos e nos conjuntos habitacionais tem se constituído como objetos dos pesquisadores, sejam da história, (OLIVEIRA, 2016; COSTA, 2015.) como de outras áreas, (AZEVEDO, 2015; CARMO, 2016; OLIVEIRA, 2016.) proporcionando um rico debate interdisciplinar sobre as relações desenvolvidas nesses lugares.

Trilhando as veredas apontadas por Calvino, o qual afirma que “...a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”, (CALVINO, 1990, p.15) optamos por percorrer um pouco mais da história de Feira de Santana através Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS. Esta se constitui num espaço singular na cidade, por vários aspectos: seja devido a sua localização distante do centro da cidade, o traçado arquitetônico do campus universitário, sua trajetória de mais de quarenta anos enquanto instituição pública, os cursos e serviços ofertados, a diversidade de pessoas que compõe e fazem o seu cotidiano, e mais recentemente, por ser a segunda das universidades baianas a adotar as ações afirmativas para o ensino superior.

A UEFS nasceu em 1976, como Fundação Universitária de Feira de Santana (FUFS), em meio ao atendimento dos interesses das elites política e econômicas locais e regionais, articulado ao projeto de desenvolvimento demarcado pelo jogo político do governo ditatorial do período. Embora efetivada a sua criação apenas nos anos posteriores a 1970, a movimentação em torno de sua implantação se desenvolveu nos finais anos de 1960. Segundo Santos (2016) e Oliveira (2017) as articulações dos intelectuais e lideranças políticas, dentre outros, visando a



ampliação do acesso e interiorização da educação superior na Bahia contribuíram significativamente para a implantação e consolidação da UEFS.

Nos anos de 1980 e 1990 a UEFS se consolida enquanto instituição universitária implantando e ampliando para além da licenciaturas e bacharelados os primeiros cursos de pós graduação. Nos primeiros anos de 2000 a expansão da graduação prossegue tendo o número de vagas ofertadas em 2010 atingido 1.440 vagas anuais e em 2013, 1.936 vagas, (OLIVEIRA, 2016, 298). Em meio a esse processo de expansão, da educação superior, que ocorreu também em outras instituições e em diferentes lugares do país, questionamentos sobre o acesso dos grupos considerados marginalizados ou historicamente excluídos do ensino superior ganham relevo e chegam as universidades.

Na UEFS, os mencionados questionamentos foram colocados em pauta pelo movimento negro, representado pelo Núcleo de Estudantes Negros e Negros da UEFS, o NENNUEFS, representantes dos docentes e técnicos através da Associação dos Docentes da UEFS, ADUFS e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau, SINTEST e entidades do movimento negro da cidade como a Frente Negra Feirense, a Associação de Escolas de Samba, Ritmos Afros e Afoxés de Feira de Santana, Liga de Cultura Negra de Feira de Santana, Grupo de Capoeira Angoleiros do Sertão.

A adoção das ações afirmativas, através do sistema de cotas sócio raciais nas universidades do Brasil se constituíram como uma realidade a partir de 2002, tendo as universidades estaduais como pioneiras desse movimento, sendo elas: a Universidade do Estado da Bahia, UNEB, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, UEMS. Dez anos após foi sancionada a lei federal 12.711/12, a Lei de Cotas, que estabeleceu a reserva de vagas nas universidades e institutos federais sendo regulamentadas pelo decreto federal 7.824/12. O pioneirismo das universidades estaduais é atribuído a autonomia universitária, resguardada pela Constituição no artigo 207 e na LDB em seus artigos 53 e 54. No caso específico da UERJ, a adoção do sistema de cotas ocorreu a partir da deliberação inicial oriunda da assembleia estadual do Rio de Janeiro.

Entretanto, cabe ressaltar que as instituições acima mencionadas, somente adotaram o sistema de cotas sócio raciais em meio a mobilização do movimento negro em suas variadas



expressões e diversidades. Nesse sentido, compreendemos o Movimento Negro a partir da perspectiva de Gomes (2018), que o define como:

as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento com as barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade (GOMES, 2017, p.23 e 24 APUD GOMES, 2018, p. 114-115).

Poderíamos elencar a partir de tal definição vários grupos, coletivos e sujeitos que ao longo da nossa história foram identificados e envolvidos com luta para a superação do racismo e da discriminação racial. Em se tratando da UEFS, a Resolução Consu 034/2006 que instituiu o sistema de reserva de vagas para grupos historicamente excluídos, a saber; estudantes negros e não negros de escolas públicas, indígenas e quilombolas, resultou da luta e a vitória do Movimento Negro, de modo particular do NENNUEFS, e do exercício da autonomia universitária para a implementação das cotas sociais e raciais, como instrumento de combate ao racismo e as desigualdades expressas na inexistência e /ou nos baixos percentuais dos mencionados grupos nas universidades. Na UEFS, ao apresentar a proposta para implementação das ações afirmativas na instituição a comissão pró-cotas destacou que, em se tratando dos cursos à época, considerados de maior prestígio profissional, o percentual de convocados chegava a 0% em Medicina, 3,3% em Odontologia e 3% em Direito¹.

Através da Resolução Consu 034/2006 foi estabelecida a reserva de 50% das vagas de todos os cursos de graduação da UEFS para estudantes oriundas (os) de escola pública e, dentre essas, 80% para negros e 20% para não-negros de escola pública, além de duas vagas suplementares por curso destinadas a estudantes indígenas e quilombolas; instituindo assim as cotas sociais e étnico raciais, tendo a sua implantação prevista para o primeiro processo seletivo vestibular em 2007, sendo estabelecido o prazo de 10 anos para sua avaliação.

O campus universitário da UEFS, até então, um território com predominância de não negros, passou a contar após a implementação do sistema de reserva de vagas com uma



significativa presença negra. Esta ao longo do tempo se fez constante nos mais diferentes espaços da urbe feirense, embora algumas narrativas da história da cidade silenciassem sobre esta presença, ou a ela atribuísse apenas os lugares de exclusão, tal como em outras cidades do país como Porto Alegre, como sinalizado por Pesavento (2001). O relatório dos 10 anos das ações afirmativas da UEFS aponta indicadores, desde os números de inscritos para os processos seletivos, até os números de concluintes, que demonstram como a política de ações afirmativas adotadas contribuiu para o acesso dos jovens negros e negras à academia bem como para a sua permanência. Oliveira (2015), em um trabalho pioneiro sobre as ações afirmativas e a permanência estudantil na UEFS, também assevera a importância das ações afirmativas, ainda que aponte os limites e da assistência aos estudantes. Teria então a UEFS se configurado como um território da presença negra na Princesa do Sertão, ou na Terra de Lucas? Tal presença tem sido objeto dos historiadores (SANTA BÁRBARA, 2007; PACHECO, 2008; OLIVEIRA, 2010; NASCIMENTO, 2012; OLIVEIRA, 2016) e demais pesquisadores (BAHIA, 1986; MIRANDA, 2018) que se debruçam sobre a história da cidade construindo novas narrativas englobando os sujeitos e os lugares demarcados pelas populações negras. Considerando os resultados da política de ações afirmativas implantadas na UEFS a partir de 2007, é possível concebermos a UEFS do século XXI como um território negro da cidade?

Sem a pretensão de responder de modo conclusivo ao questionamento exposto, dado aos limites deste texto e a necessidade de investimento em uma análise mais acurada, considerando a possibilidade de usos de diferentes fontes e metodologia passamos a encaminhar algumas considerações a partir dos conceitos desenvolvidos por Félix Guattari e Michel de Certeau. Para o primeiro autor,

Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita. (GUATTARI, 1985, p.110)

Observamos de imediato uma diferenciação entre espaço e território, demarcada pela subjetivação individual e coletiva e as relações extrínsecas e intrínsecas, ou seja as relações de pertencimento. O espaço é nessa perspectiva definido por relações externas, consideradas não essenciais, enquanto o território é conformado por elementos considerados essenciais e



compostos por uma subjetividade própria que o define. Neste sentido perguntamos, a UEFS, se constitui como um espaço ou como um território da presença negra em Feira de Santana, após a implementação das ações afirmativas? O campus universitário em seu aspecto físico arquitetônico apresenta-se como um espaço que dialoga ou converge para os valores da cultura negra? A presença negra expressa nos corpos negros a caminhar pela universidade e o povoar das salas de aulas e laboratórios conseguiram estabelecer uma relação de subjetivação com a UEFS, indo além da relação funcional, fazendo da instituição um lugar de pertencimento, portanto um território negro?

Numa perspectiva distinta de Guattari, articulando os relatos de espaço, Certeau define o espaço como “um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (Certeau, 1994.p. 202). Na perspectiva de Certeau, “Um lugar é a ordem (...) é uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade” (Idem, Ibidem. p.201) O espaço, entretanto é movimento, “existe sempre que tomam vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo” (Idem, Ibidem. p.202). Nesse sentido o espaço é o lugar que da movimentação, das práticas, por isso dos pedestres, daqueles que nele cruzam e interagem.

Em se tratando da relação que estabelecemos com a presença negra na UEFS, posterior a adoção das ações afirmativas, compreendemos a universidade como um lugar, com linhas definidas por sua arquitetura física, administrativa, acadêmica e pedagógica. Diante da movimentação realizada pelos partícipes do sistema de reserva de vagas, de modo sensível, da presença dos negros e negras, de sua mobilização, do ir vir a pé pelas ruas, praças e diversos cantos da universidades, de suas práticas insurgentes, se desenha uma outra universidade, dos espaços com práticas sub-reptícias, distintas e criativas, questionadoras das estratégias dos gestores. Recorrendo ainda a perspectiva de Certeau ao afirmar que:

a cultura articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensões, e muitas vezes de violências, a quem fornece equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários. As táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas. (CERTEAU, 1994. p.45)



Vislumbramos que das tensões entre as relações e práticas que definem o caráter institucional da universidade com os saberes e práticas oriundos dos grupos historicamente excluídos, mas nos tempos atuais, presentes no cotidiano da universidade, uma síntese nova se concretizará, mediante as experiências do viver uma diversidade e pluralidade antes não experimentada pela vida universitária. Não é demais ressaltar que a definição de espaços e lugares tendo por critério a raça legou aos negros e negras no Brasil os espaços considerados marginalizados nas cartografias urbanas e os estratos considerados inferiores na sociedade. (PESAVENTO, 2001; OLIVEIRA, 2016).

São princípios norteadores das ações afirmativas: a inclusão social, a igualdade, a equidade, a diversidade, a promoção e a reparação. Em bloco são elementos que para além de justificar e orientar as ações afirmativas, ao serem confrontados com o cotidiano da sociedade brasileira desmascararam o mito da democracia racial no Brasil e possibilitaram a construção de ações visando uma cidade na qual todos a ela tenham direito.

Na cidade de Nanã, em cujas terras se desenvolveu a UEFS, universidade pioneira no portal do sertão baiano, oxalá permita que a presença negra continue se ampliando em seus bancos e praças, transformando o que dantes fora considerado em um lugar para elites, em um espaço plural, no qual os grupos marginalizados possam através de suas astúcias e táticas fomentar novos saberes e olhares e construir outras cartografias sobre a população negra na cidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. L. F. de. *et. al.* **Relatório da Política de Ações Afirmativas da Uefs: o Sistema de Reserva de Vagas 2007-2017.** Feira de Santana: UEFS, 2018.

AZEVEDO, Livia Dias de. **Feira de Santana: entre culturas, paisagens, imagens e memórias visuais urbanas (1950-2009).** Feira de Santana. UEFS Editora. 2015.

BAHIA, Juarez. **Setembro na Feira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CARMO, René Becker Almeida. **A Urbanização e os Aglomerados Subnormais de Feira de Santana.** Feira de Santana. UEFS Editora. 2016.



CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 8 ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1994

COSTA Livia Gozzer. **Capitães da Feira e outras crianças**: a infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945 Dissertação. Mestrado em História. UEFS. Feira de Santana. 2015.

GOMES, Nilma Lino. Por Uma Indignação Antirracista e Diaspórica: Negritude e Afrobrasilidade em Tempos de Incertezas In: **Revista da ABPN** • v. 10, n. 26 • jul – out 2018, p.111-124.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates**. São Paulo, ano v, nº. 16. 1985 p.110.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Territorialidades Negras em Feira de Santana**: cores, sons e formas potencializados pelo Afoxé Pomba de Malê. Feira de Santana. UEFS Editora. 2018.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. **Viver por si**: histórias de liberdade no agreste baiano oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888). Dissertação. Mestrado. História. Salvador. UFBA. 2012.

OLIVEIRA, Carina Silva de Carvalho. **Ações afirmativas na Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS**: permanência das (os) estudantes cotistas no ensino superior. Dissertação. Mestrado. Políticas Sociais e Cidadania. UCSAL. Salvador, 2015.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Cardoso de. **Universidade e estratégia**: a região como ambiente organizacional; trajetória de expansão da Universidade Estadual de Feira de Santana. UEFS Editora. Feira de Santana. 2017.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **“Canções da Cidade Amanhecendo”**: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador. EDUFBA. 2016.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **Adeptos da Mandinga**: candomblés, curandeiros e repressão policial na Princesa do Sertão (Feira de Santana-BA,1938-1970. Tese. Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos. UFBA. Salvador. 2010.

OLIVEIRA, Sidiney de Araújo. **Desenhando a ideia de uma “avenida feliz”**: imagens das histórias e memórias da avenida Senhor dos Passos, em Feira de Santana, Ba. Feira de Santana. UEFS Editora. 2013.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e Costume de Feirantes de Alimentos**: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). Dissertação. Mestrado em História. UEFS. 2009.



PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade:** o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2001.

SANTA BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade:** sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana (1929-1964) Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. **Uma Aventura Universitária no Sertão Baiano:** da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana. UEFS Editora. Feira de Santana. 2016.

UEFS. Conselho Superior (CONSU). **Resolução Consu 034/2006.** Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. 2006.

¹ Ver: Relatório da Política de Ações Afirmativas da Uefs: o Sistema de Reserva de Vagas 2007-2017.